

SUBCOMITÊ COTIA GUARAPIRANGA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ COTIA-GUARAPIRANGA GESTÃO 2009/2011

5 **Data da Reunião: 10 de dezembro de 2009 – 14h00**
Local: PARQUE FRANCISCO RIZZO - Rua Alberto Giosa nº 300 – Embu – SP

10 No dia 10 de dezembro de 2009, às 14h00, se reuniram nas dependências do Parque Francisco Rizzo, na Rua Alberto Giosa nº 300, em Embu – SP, para a 2ª Reunião Ordinária do Subcomitê Cotia-Guarapiranga, gestão 2009/2011. É iniciada pelo **Presidente, Sr. Lener Ribeiro** – Cumprimento a todos os presentes e damos por iniciada a reunião. Hoje fizemos uma visita na futura sala que abrigará o Subcomitê Cotia - Guarapiranga aqui no Parque. **Secretário Executivo, Sr. Amauri Pollachi** – Passemos inicialmente ao ponto de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, de 15 de outubro. Feita a votação, **a Ata foi considerada aprovada.**

15 **Presidente, Sr. Lener Ribeiro** – Está instalado aqui na região um Consórcio Intermunicipal chamado CONESUD que engloba seis Municípios: Taboão da Serra, Embu, Itapeperica, Embu Guaçu, Juquitiba e São Lourenço, e na sua reunião de 19/11 apresentei uma sugestão de criação de uma Câmara Técnica Setorial de Águas Minerais. Um dos maiores investimentos aqui nessa sub-região, principalmente nos quatros Municípios que tem 100% dos territórios em área de proteção de mananciais – Itapeperica da Serra, São Lourenço, Juquitiba e Embu Guaçu – junto com Embu também que tem 60% dentro de APM, a maior riqueza é a água mineral. Recentemente fiz um levantamento no DNPM e nos Municípios do CONESUD há 110 processos de lavra de água mineral tramitando, com pouco mais de 200 inativas. Há 110 empreendedores que estão investindo muito para poder fazer lavra de água mineral, obter a concessão do DNPM para poder explorar água mineral. Isso ocorre de uma maneira espontânea sem apoio institucional que seria interessante nós fornecemos. Fiz essa sugestão aos demais Prefeitos e eles aquiesceram para a criação dessa Câmara Setorial Técnica. É melhor que nós estejamos juntos porque é interessante em termos de preservação de mananciais, pois a lei determina que no entorno de uma indústria de água mineral não tenha agricultura com agrotóxico nem lançamento de efluentes nos corpos de água, corte da floresta. Embu, São Lourenço da Serra e Juquitiba, são os três Municípios que farão parte dessa Câmara Técnica e convidaremos Órgãos Federais, Estaduais também ligados ao meio ambiente, à questão da água Vou passar essa deliberação do consórcio para a Secretaria Executiva que pode divulgar a todos. A FIESP, a Associação Brasileira de Águas Minerais e o SEBRAE também participarão. Uma experiência que eu estou trazendo ao conhecimento de todos e que foi desenvolvida em Apiaí, no Alto Ribeira, é a transformação de uma mina de ouro abandonada num ponto turístico no centro de um grande Parque Municipal. Em São Lourenço da Serra, na divisa com Embu Guaçu, também uma mina de ouro desativada junto à nascente do Ribeirão das Lavras, contribuinte do Ribeirão Santa Rita que forma o Rio Embu Guaçu, este o maior contribuinte da Represa Guarapiranga, há uma área que está sendo ocupada irregularmente. Vou trazer essa experiência de Apiaí, para ver se conseguimos também desapropriar e fazer um Parque nessa cabeceira e incluir como atração a mina desativada. Na nascente da Represa do Guarapiranga por conta dessa dificuldade que estamos tendo de controlar a ocupação dessa região por chácaras e agricultura, um representante da Secretaria do Meio Ambiente, Hélio Shimada, do Instituto Geológico, irá nos assessorar para que possamos criar um primeiro Parque Municipal nessa região. Basicamente são os dois assuntos, mina de ouro, Câmara Técnica de águas minerais. **Vice-Presidente, Sr. José Roberto Terassi** – No dia das eleições do Subcomitê, coincidentemente, o Prefeito Chico Brito fazia uma reunião nesse mesmo espaço, eu sempre achei que o Embu poderia ter a sede do Subcomitê aqui. Com a gentileza muito grande por parte do prefeito, junto com o presidente Lener, falei disso e ele de pronto aceitou e disse: “Pode contar com Embu e nós vamos fazer a sede aqui”. Essa foi uma atitude extremamente louvável, e ele disse que está tudo certo, e podemos reafirmar que a sede do Subcomitê Cotia Guarapiranga é no Embu, no Parque Ecológico, pode tratar da oficialização com o Chefe de Gabinete e o Secretário João Carlos. Os nossos Vereadores ainda não têm uma noção completa do que é o Subcomitê, acho que é o momento exato para que possamos trazê-los à participação no Subcomitê, porque no futuro, principalmente agora com a cobrança da água, vamos tratar de ter uma funcionária permanente. É lógico que tem uma parte burocrática que o Amauri desenvolve e que ele pode continuar desenvolvendo por uma questão física de local. Então, este é um dia extremamente importante principalmente já demarcando o nosso local que vai ser uma sala, quem sabe na próxima reunião já fazemos uma reunião e a inauguração do espaço físico aqui, com certeza vai ser fundamental para que possamos nos aproximar, não só dos agentes políticos constituídos, Vereadores, Secretários, Poder Executivo, até Poder Judiciário e também pela população. **Sr. Amauri** – Gostaria de agradecer a intercessão do Roberto Terassi e do nosso Presidente, para que pudéssemos ter um espaço adequado para desenvolver as atividades do Subcomitê e, primordialmente, a cessão feita pela Prefeitura de Embu, representada aqui pela importante atuação do João Carlos Ramos, Secretário de Meio Ambiente de Embu, para que pudéssemos ter esse espaço. Em 26 de novembro estivemos participando da 3ª turma do Curso de Capacitação da Lei Especifica da Guarapiranga, trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de

Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, que está disseminando aos agentes públicos as informações e esclarecimentos a respeito da Lei Específica da Guarapiranga. Informo também que a Secretaria Executiva recebeu há cerca de 30 dias uma citação judicial para oferecer informações a um processo que um empreendedor na região de M'Boi Mirim estaria movendo contra a Secretaria do Meio Ambiente e também contra o Subcomitê por conta da compensação ambiental que ele se viu obrigado a fazer. Nessa ocasião, como a Secretaria do Meio Ambiente já havia sido notificada e respondido a essa notificação judicial, busquei essas informações junto à SMA e respondemos praticamente com os mesmos aspectos abordados, que tratavam, basicamente, de informar se o Subcomitê já tem uma Câmara Técnica de Compensação Ambiental, se está funcionando, se é aplicado um procedimento para a compensação. Essas informações nós temos todas disponíveis e comprovadas por meio de atas de reuniões, deliberações como a da formação da Câmara Técnica, e o regimento do Subcomitê. Infelizmente este empreendedor não admite esse mecanismo da compensação e, diante do embargo de sua obra feito pela Secretaria do Meio Ambiente, adota uma atitude de pedir uma liminar judicial para poder continuar as obras. Felizmente a liminar foi negada, e, em princípio, o empreendedor deverá atender a compensação conforme rege a lei. Solicito anuência à Plenária para inversão da pauta para, a seguir, ser realizada a apresentação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Capital.

Sr. Lener – Peço licença para mais uma informação. Em 22 de março de 2010, dia mundial da água, nós vamos realizar o 3º Seminário de Águas Minerais e Turismo aqui na região, com apoio da Petrobrás esse Seminário que será ao longo do dia todo, eu acho que esse Comitê também tem que ter a sua manifestação garantida. **Sra. Alejandra Devecchi (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo)** - Hoje a Secretaria do Verde está criando um estoque de terras públicas para implantação de parques e o segundo objetivo é para definir o programa de captação. A Secretaria começou a refletir a questão para uma política de compensação para os serviços ambientais, entendendo serviços ambientais como serviços que a natureza presta para a comunidade. Quando se analisa a escritura fundiária do Município de São Paulo, o que vemos? Eu vejo que nessas regiões há uma concentração de grandes glebas, com 10% do território concentrado em 50 proprietários. No extremo sul há uma concentração muito grande de glebas com mais de 50 hectares, Outra concentração de grandes glebas está no entorno da Cantareira, e outra concentração nesses extremos da nascente do Rio Aricanduva. Essas áreas são grandes, são rurais, e o valor do m² dessa área é baixo. Fizemos um primeiro levantamento e percebemos que no extremo sul perto da Serra do Mar o valor do m² é 10 centavos, 15 centavos. Claro, isso varia à medida que se aproxima mais das áreas centrais o valor aumenta, mas no entorno da Cantareira a mesma coisa. São oportunidades que temos para comprar essas áreas, pois há grande chance dessas áreas terminarem com utilização inadequada. Fizemos a identificação, de maneira muito simples: abrimos uma foto do Google e vimos onde tem matas e fizemos a identificação e obtivemos um mapa. Não há uma análise mais aprimorada, foi somente uma percepção visual. Por tudo isso temos que manter essas áreas com vegetação e sem invasão. Isso resultou em um monte de áreas e começamos a priorizar a desapropriação. O primeiro passo é identificar a área a partir de uma leitura primária de mata e de cabeceira, além de fazer um levantamento fundiário apelando para as mais diversas formas, desde lista telefônica, relação de proprietários do INCRA, etc. Assim, por aproximações sucessivas, chegaremos aos proprietários. **Sr. Marcos (SVMA)** - A verificação das áreas, por serem matrículas extremamente antigas, é a parte mais complicada, pois é difícil se identificar. Se houvesse alguma outra forma que pudesse auxiliar essa fase teríamos velocidade nesse processo. **Sra. Alejandra** – Na Zona Sul começou com a identificação das áreas para compensação do Rodoanel, quando se decidiu criar de fato uma barreira para fechar todo o entorno do Rodoanel com uma seqüência de parques. Hoje os três parques do Rodoanel já estão sendo implantados e estamos desapropriando o restante das áreas do entorno. Agora a idéia é avançar com essa barreira para o território do M'Boi Mirim, seria interessante se conseguíssemos replicar essa distribuição para os outros Municípios que são vizinhos, Embu, Taboão, Itapeverica. **Sr. Marcos** - A Cantareira foi, em percentual, muito mais preservada do que a Zona Sul porque se criaram parques, se deu uso para as áreas, enquanto na Zona Sul em São Paulo não. Poderia até ser uma sugestão interessante para a própria Sabesp, além de cuidar das nossas florestas também. **Sra. Alejandra** - Às vezes esses recursos acabam se diluindo no território porque não há um entendimento da importância dessas áreas. Estou falando de uma fase de planejamento e de compra da área para criação do estoque. No caso dos parques do Rodoanel estava havendo esse processo de construção do programa em diferentes instâncias, as outras áreas ainda não começamos fazer esse trabalho. **Sr. Marcos** - No caso da Subprefeitura de M'Boi Mirim onde há uma pressão de ocupação muito grande, há muitos proprietários que têm nos procurado para oferecer suas terras, até mesmo em doação pois não queria mais ser responsável por aquela terra. **Sra. Alejandra** - Se não fizermos o Parque Estadual, logo eles estarão em cima da serra também e outra coisa fundamental é que essas áreas têm um papel importantíssimo na equação da drenagem e aí estão as cabeceiras que vão para o Tietê. **Sr. Sérgio Gazal (Prefeitura de Itapeverica da Serra)** - O Rodoanel desapropriaram a área em torno do rio Embu Mirim e transformaram em parque, porém, não está previsto como isso vai ser feito, qual a ação que vai ser feita para recuperar tudo que for destruído, as condições em que foram feitas, caminhos que foram feitos, as enchentes que estão sendo provocadas nos bairros, isso não está funcionando em termos de acompanhamento. O fato de se localizar numa área de pressão por ocupação, tem que ter uma fiscalização, e ter um projeto de sustentabilidade. **Sra. Márcia Nascimento (SMA)** – Os Municípios da Bacia da Billings

estão querendo retomar essa discussão. Será feita uma apresentação pelo Gerente de Gestão Ambiental do Rodoanel no Subcomitê Billings. A SMA também está buscando formas de colocar no site dela, no mesmo formato que temos no site de interessados na vegetação de mata ciliar. Estamos estruturando um modelo em que possamos ter os interessados em compensação ambiental por aquisição de áreas de um terreno e que essa aquisição se dê de forma coletiva. **Sr. Terassi** - A minha visão com relação a esse importante passo que a Prefeitura de São Paulo dá, isto é exemplo para os demais Municípios ao redor de São Paulo, principalmente porque a situação se agrava para o Município exatamente por conta do abandono. São aqueles verdadeiros indutores que, com um saco de estaquilha nas costas, saem no final de semana vendendo lotes de 5 por 5, e aí acontece que vira uma ocupação que não dá para administrar porque é uma multidão de gente, uma em cima da outra e amanhã para você fazer uma remoção dessas e adequar essas pessoas para morar com dignidade em outro lugar, imagina quanto custa. Quero cumprimentar São Paulo por essa preocupação, passaram alguns processos no Subcomitê para regularizar loteamento de 1975, isto é, o loteamento existe e está sendo regularizado agora, 35 anos depois. **Sra. Jumara Bocatto (Prefeitura de São Lourenço da Serra)** – É um trabalho bastante árduo o que eles estão fazendo, porque identificar a área através do Google ou de uma foto aérea recente é até uma coisa simples. O grande problema é usar ou colocar como de interesse público, pois tem que ter a documentação dessa área e isso é a parte mais difícil. Poderíamos, em conjunto, pedir para o Estado um levantamento fundiário de todas as áreas da bacia. **Sra. Márcia** - Eu acho que o levantamento inicial é mesmo em termos visuais e de identificação, para isso nós temos o PDPA num misto da bacia como um todo. A segunda questão é o cartório de registro de imóveis, onde vamos ter as informações da situação fundiária, não é do Estado. **Sra. Jumara** - Se fosse fácil pegarmos no cartório, não estaríamos nem discutindo aqui, 80% das propriedades são completamente desconhecidas. **Sr. João Carlos Ramos (Prefeitura de Embu)** – Em boa medida os Municípios todos têm condições de fazer, alguns mais outros menos, mas fazemos essa força tarefa aproveitando esse entusiasmo da Cidade de São Paulo. As cidades têm instrumentos através dos seus Planos Diretores, eu acredito que a maioria das cidades da região metropolitana tenha seus Planos Diretores, e há situações que já podemos começar pois existem instrumentos que as Prefeituras nem sequer lançam mão. Essa situação que o Roberto bem colocou que é a especulação, se é daquele que joga a estaquilha nas costas, ou daquele que é um oportunista, nós enquanto gestores públicos, temos alguns instrumentos para uma situação que eu tenho que garantir a floresta em pé porque eu estou garantido reserva de água. Deveria ter outro fator até para romper essa especulação de mercado, tomando cuidado de não transferir esse ônus para quem vai compensar porque, claro, não vai comprar uma área com um preço de avenida Paulista mas eu acho que temos que rever esses instrumentos todos do próprio Estatuto da Cidade,. Sabemos que há quem trabalha com essa situação de especulação e acho que temos instrumentos poderosos de ação que devemos utilizar. **Sr. Amauri** - Nós vimos ser possível propor um encaminhamento a ser registrado na nossa Ata, para que possamos tomar iniciativas a partir desse encaminhamento. A proposta da Mesa é que numa próxima reunião do CONESUD, do Consórcio dos Municípios da região sudoeste da grande São Paulo, seja pautada essa discussão a respeito da criação de parques e áreas verdes protegidas de uma forma inclusive contígua, e que nessa oportunidade seja feito uma apresentação pela Prefeitura de São Paulo, como foi feito aqui, inclusive propondo-se que o início desse processo se dê nessas áreas que são contíguas aos Municípios vizinhos em São Paulo e que nessa reunião do CONESUD que o Subcomitê se faça presente, claro, o Presidente estará lá, mas também o Secretário Executivo e o Vice-presidente se for possível, e também com a Secretaria do Meio Ambiente, pois é muito importante essa amarração de uma iniciativa dessa ordem que envolva os Municípios com a ótica que a Secretaria do Meio Ambiente pretende colocar e está exposta no PDPA. Então discutir este assunto, inicialmente de uma forma a tomar uma decisão política no ambiente que os Prefeitos estão presentes, e formar uma espécie de grupo técnico, que consubstancie na prática essas ações. Essa é uma proposta a Mesa apresenta. **Sr. Lener** - Eu já vou fazer a reserva da pauta para a próxima reunião com os Prefeitos, porque como disse o Amauri é a instância mais política, os Prefeitos normalmente comparecem todos. São Paulo poderá fazer uma apresentação rápida. Eu me responsabilizo com relação a reservar um espaço na pauta da próxima reunião. **Sr. Amauri** - Nós colocaríamos no site a apresentação da SVMA e a disponibilizaríamos para todos. Agradecemos a presença dos representantes de São Paulo e passamos para o próximo ponto da pauta, o PDPA Guarapiranga, apresentado pela Márcia, da SMA. **Sra. Márcia** – Uma boa parte dos presentes já conhece o nosso trabalho de atualização do PDPA que se insere no processo de elaboração da Lei Específica do Guarapiranga que foi iniciada em 1998. Várias pessoas presentes aqui participaram de todo esse processo de elaboração e ao encaminhamos a Minuta de Lei para a Assembléia em 2002. O projeto de Lei ficou um tempo maior do que imaginávamos na Assembléia. Daí surgiu a necessidade de atualização do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) da Guarapiranga que havia sido formulado em 98/99. A Secretaria do Meio Ambiente foi a tomadora dos recursos com o financiamento do FEHIDRO que procedeu a contratação da empresa COBRAPE, a qual elaborou a atualização do PDPA. Todo o material está contemplado em 6 relatórios. Temos uma cartilha síntese do PDPA original e agora temos outra cartilha para o PDPA atualizado que distribuiremos a todos os presentes. Nesse material também incluímos o modelo de correlação entre o uso do solo e qualidade da água, que possibilita a simulação do impacto de empreendimentos de determinado porte, um porte significativo para que possa estar sendo simulado qual a sua interface com a

questão da carga. Existe um mapa onde fizemos toda a identificação com imagens de satélite com sobreposição das áreas onde há vegetação e atributos naturais significativos como moeda de troca na compensação ambiental. Este material será disponibilizado no site da SMA. **Sr. João Carlos** – Queria primeiro parabenizar o trabalho e dizer que são projetos como esses que nos orgulham do emprego do recurso do FEHIDRO. Neste próximo sábado haverá a Conferência das Cidades, quando lançaremos a revisão do nosso Plano Diretor. **Sra. Márcia** - Realmente só conseguimos fazer um trabalho desse tipo com a ajuda de todos os envolvidos, Municípios, órgãos do Estado, porque ter dados e informações necessárias é uma árdua tarefa e que só conseguimos com o envolvimento de quem está participando do planejamento e gestão. **Sr. Amauri** - Certamente todos aqui da Mesa ficamos muito felizes com o resultado desse trabalho. A Márcia já havia exposto na gestão anterior como estava o andamento do PDPA e agora com o trabalho concluído temos uma enorme satisfação. Passemos às informações sobre a Câmara Técnica de Planejamento e Gestão. **Sra. Valentina Denizo (CDHU)** – Realizamos a 1ª reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão em 30/11 e uma questão que foi o objeto central foi a gestão e a aplicação da Lei Específica do Guarapiranga. O PDPA é a base do plano de ação, pois tem um conjunto de informações, mas ele não é só um sistema de informações. É importante que as pessoas se apropriem desse produto para fazer o trabalho de aplicação da Lei. A Câmara Técnica se propõe a trazer como tema principal os trabalhos relativos à aplicação da Lei Específica. Três tópicos foram levantados: 1º) usar o nosso espaço do Comitê para trabalhos técnicos, apresentações e discussões buscando a compatibilização das legislações municipais com a Lei Específica, não é uma simples compatibilização, um trabalho mecânico mas um trabalho analítico; 2º) A capacitação dos agentes locais para a questão da aplicação da Lei, sabemos que a SMA já vem fazendo esse escopo mas a Câmara Técnica pode pontuar quais são os pontos principais, onde cada Município ou cada comunidade tem uma necessidade específica e assim a SMA vai poder fazer um trabalho dirigido para uma necessidade que venha a ser manifestada. Talvez um caminho a ser seguido pelo Subcomitê seria propor a criação de um Grupo de Trabalho por meio de uma resolução do Secretário visando a revisão do decreto regulamentador ao invés de se criar um conjunto de resoluções e isso poderia facilitar a aplicação da própria Lei que fizéssemos uma revisão rápida do decreto. Já colocamos para o Amauri, se houver concordância, ele faria os encaminhamentos pertinentes para que essa resolução da SMA ocorra; 3º) ficou em aberto a coordenação da Câmara Técnica, uma tarefa onde deveria haver uma gestão do Comitê para indicação da coordenação da Câmara Técnica e nós continuaremos participando e apoiando no que for possível. **Sr. Amauri** - Nós divulgaremos a memória dessa 1ª reunião da CT-PG junto com a Ata. **Sra. Márcia** - Tem uma carga aí de trabalho que levou à decisão que eu não possa, por hora, assumir a coordenação da CT-PG enquanto representante do Subcomitê Cotia-Guarapiranga. **Sr. Terassi** - Não é prudente todos nós conhecermos exatamente quais são esses pontos do Decreto que necessitam dessa, vamos dizer, correção? **Sra. Valentina** – Eu acho importante embora os pontos que surgiram, eu até tomo a liberdade de adiantar, surgiram no âmbito do Programa Manancial relacionados à Habitação de Interesse Social. **Sra. Jumara** – Juquitiba e São Lourenço, por exemplo, não podem de jeito nenhum ter esse programa de HIS porque não têm uma Lei Específica como temos no Guarapiranga. Então eu acho que essa seria também uma oportunidade para se conversar com os Secretários, teria que fazer uma Câmara Técnica, uma coisa integrada. **Sra. Márcia** – Temos duas situações, uma é a aplicação da Lei pela SMA e também a promulgação da Lei e Decreto da Billings que apresentam algumas anotações para melhor. **Sr. Terassi** - Até para não passar um cheque em branco, com todo o cuidado possível, acho que isso é prudente. **Sr. Amauri** - Como esclarecimento, qualquer alteração na regulamentação que possa vir a ser proposta, sempre deverá ser aprovada por este plenário. **Sra. Valentina** – Como nós estamos na Guarapiranga também precisamos pontuar o que foi diferente na Billings, já buscando avançar. **Sr. Amauri** – Como solicitação da Secretaria Executiva peço à Valentina e à Márcia que, por favor, redijam uma proposta da deliberação para ser apreciada na próxima reunião, considerando os aspectos levantados pelo Terassi. Pode ser realizada uma apresentação na próxima reunião com uma proposta de deliberação. **Sr. Terassi** - Vocês já fizeram a Lei da Billings com a experiência da Guarapiranga e tem alguns pontos que devem ser aprimorados. Acho que é importante importar esses ajustes da Billings para a Guarapiranga para ter um modelo melhor. **Sr. Sérgio** - Queria registrar o problema que está havendo com as obras que com a falta de cuidado, não tenho nada contra o Rodoanel, a minha colocação é a qualidade técnica, a falta de cuidado em relação às áreas que estão sendo desmatadas e as populações que estão sendo atingidas agora pelas enchentes provocadas por falta de controle, é um apelo até no sentido de que o Subcomitê acompanhe um pouquinho mais de perto, nos auxilie. **Sr. Amauri** – A sugestão é fazermos uma convocação à DERSA para uma apresentação sobre seu Programa de Compensação Ambiental e a sua aplicação prática e evidentemente tecer comentários das obras que estão previstas. **Sra. Jumara** – Eu sou da região, fui dar uma volta neste domingo para ver como é que está o Rodoanel aqui na região e é assustador. **Sr. Sérgio** – Eles alegam que só vão reconstruir as vias destruídas depois que tiverem feito isso e aquilo, quando não chove é poeira, quando chove é lama. **Sr. Amauri** – Fica pautado para a próxima reunião uma exposição da DERSA sobre as compensações ambientais e os impactos da obra. **Sra. Márcia** - O Diretor de Gestão Ambiental do DERSA que é o Marcelo Aberrini, vai estar na reunião do dia 14, às 17h no Consórcio do ABC em Santo André. **Sr. João Carlos** – De fato quem conhece a obra ela está bastante complicada. Primeiro porque é uma obra que passa 100% em cima das águas. Segundo porque faz uma

cicatriz, uma ferida, como disse o Sérgio, provavelmente irrecuperável por mais compensação que se faça, em especial na nossa fauna. Estamos com invasão de animais que por mais que se afugente, você conhece a lógica da biologia, eles tinham um território e você diminui esse território e aquela mesma população vai ser dizimada por alguma razão, ou por atropelamento ou por ação antrópica. Também há as enchentes acontecendo na nossa região. Temos que chamá-los para fazer essas reflexões. **Sr. Lener** - Essa questão do EIA-RIMA e da compensação ambiental, na obra de duplicação da BR 116 a compensação não veio para os Municípios. Com relação ao penúltimo ponto da pauta, as informações sobre o Município Verde e Azul, vou me reservar a não fazer essas considerações hoje porque antes é preciso conversar com o Secretario Chico Graziano. **Sr. Lener** - Infelizmente esta semana recebi um documento, que eu não queria despachar favoravelmente, onde a Silvia pedia a demissão do trabalho na Prefeitura de São Lourenço, Nós registramos aqui o nosso agradecimento. **Sr. Amauri** – Por um lado, fiquei muito triste por saber que a Silvia Carvalho está nos deixando. Ela sempre foi muito importante para a manutenção da vida do Subcomitê, eu diria que na época que ela se afastou o Subcomitê quase morreu, quando ela não estava presente nas reuniões nos dando apoio aqui e as coisas não aconteciam. A Silvia sempre foi uma pessoa presente e marcante, esteve presente desde a criação do Comitê em 1997 assessorando e apoiando o trabalho da Secretaria Executiva, sempre com essa simpatia e grande capacidade de organização que ela tem. Quero em nome de todos que já trabalharam com você, de coração, desejar que você seja muito feliz lá em Minas Gerais, nas terras alterosas. (Aplausos) E assim declaramos encerrada essa reunião e bom Natal e bom ano novo. (*Essa Ata foi confeccionada pela Taquígrafa Márcia Reis – mbrpesquisa@terra.com.br*)

20